

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1005463-32.2015.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Ordinário - Obrigações
Requerente:	Silvio Feliciano
Requerido:	Rodrigo José Batista da Silva Veículos - Me

SILVIO FELICIANO ajuizou ação contra RODRIGO JOSÉ BATISTA DA SILVA VEÍCULOS - ME, alegando, em resumo, que adquiriu do réu um veículo Chevrolet Montana e deu como parte de pagamento um automóvel Chevrolet Corsa, com uma diferença de R\$ 800,00 a seu débito, e pagou multas e IPVA incidentes sobre a Montana, somando R\$ 2.048,00, de modo que é credor da diferença, de R\$ 1.248,00. Alega, ainda, que o automóvel Corsa não foi transferido para o adquirente, o que induz dano moral indenizável. Pediu a condenação do réu ao pagamento do valor declinado, à transferência do registro do automóvel e a indenizar o dano moral.

Citado, o réu não contestou o pedido.

O autor manifestou-se nos autos, pedindo o acolhimento da ação e juntou outros documentos, por determinação deste juízo.

É o relatório.

Fundamento e decido.

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (Código de Processo Civil, artigo 319).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Mas a presunção de veracidade incide sobre os fatos alegados, não sobre a regra jurídica. Aliás, a presunção é relativa. Ainda que os efeitos da revelia recaiam sobre o réu, a presunção dela decorrente não é absoluta, dada a aplicação dos princípios da livre apreciação da prova e da persuasão racional do julgador, não estando este adstrito a acolher a pretensão exordial (TJSP, Apel. nº: 9000008-13.2011.8.26.0073, Rel. Des. Itamar Gaino, j. 25.02.2013).

Confira-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. REVELIA. EFEITOS. RECONVENÇÃO. DIREITO AUTURAL. DANO. COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Esta Corte possui entendimento de que, na revelia, a presunção de veracidade é relativa, de forma que a sua ocorrência conduz à procedência do pedido se, com as provas dos autos, o magistrado se convencer da existência dos fatos alegados e não contestados. Entendimento que se aplica à reconvenção. Precedentes.

2. Para prevalecer a pretensão em sentido contrário à conclusão do tribunal de origem, que entendeu pela inexistência de dano, mister se faz a revisão do conjunto fático-probatório dos autos, o que, nos termos da Súmula nº 7/STJ, é inviável nesta instância especial. 3. Agravo regimental não provido.” (AgRg no REsp nº 439.931/SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 3ª Turma, j. 20/11/2012, DJe 26/11/2012)

Ora, conforme já decidiu o E. STJ, “a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor é relativa. O alcance do artigo 319 do Código de Processo Civil deve ser mitigado, porquanto a revelia não induz obrigatoriamente à procedência do pedido inicial, que dependerá do exame pelo magistrado de todas as evidências e provas dos autos (REsp 689331/AL, 2ª Turma do STJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, j. 21.12.2006)”.

A revelia e a conseqüente presunção de veracidade do art. 319 do CPC não implicam, inexoravelmente, na procedência do pedido. O efeito da

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

revelia não dispensa a presença, nos autos, de elementos suficientes para a persuasão do juiz. A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor é relativa, e não absoluta, podendo ceder frente às provas existentes nos autos, em consonância com o princípio do livre convencimento do juiz REsp 723.083/SP, Rel. MIN. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/08/2007, DJ 27/08/2007.

Toma-se por incontroverso que houve contrato entre as partes, tal qual relatado na petição inicial, e que o autor pagou despesas que seriam do réu, havendo em favor daquele um saldo de R\$ 1.248,00, passível de reembolso.

Não é possível, no entanto, condenar o réu a transferir para seu nome o registro de propriedade do automóvel Corsa, porque sobre ele incide ônus de alienação fiduciária. Destarte, pertencendo a outrem a propriedade fiduciária, é inexecutível a determinação pretendida, pois envolveria a instituição financeira, pessoa jurídica alheia a este processo, pois atingiria o gravame. O autor sabia disso, evidentemente, quando transferiu para o réu os direitos sobre o veículo; se pretendesse ceder (transferir) também as obrigações contratuais para com a instituição financeira, deveria ter procurado por ela. Em termos práticos, o comando judicial pretendido, qual seja, a condenação ao réu para transferir o registro, acarretaria necessariamente a transferência do contrato de financiamento para "o nome do réu", perante BV Financeira (fls. 10), mas BV Financeira não pode ser obrigada a admitir outro devedor, no lugar do autor.

Na jurisprudência:

Porque houve cessão de direitos e de posse sobre o veículo que é objeto de alienação fiduciária em favor de instituição financeira e porque o órgão de trânsito cadastra proprietários, não possuidores, proclama-se a carência e se extingue sem exame de mérito processo de demanda condenatória ao cumprimento de obrigação de fazer (TJSP, Apelação com revisão nº 0009295-31.2013.8.26.0576, Rel. Des. Celso Pimentel, j. 27.08.2015).

E do v. Acórdão extraem-se os seguintes argumentos:

PODER JUDICIÁRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Ausente anuência da instituição financeira à cessão, a que não se obriga, é claro que o réu não tem como promover a transferência do financiamento e do bem para seu nome, porque o órgão de trânsito cadastra proprietários, não possuidores.

Assim e enquanto pender a alienação fiduciária, a autora, alienante e devedora, responderá pelas prestações, pelas multas e pelos tributos, com suas consequências.

Restava a ela a opção de pleitear a rescisão da cessão e a reintegração na posse do bem, o que não pleiteou, e acabou por pedir aquilo a que não se habilita, o cumprimento da cessão e do registro da propriedade, que depende de terceira, a instituição financeira arrendante.

Por isso e em face da manifesta carência, julga-se extinto o processo sem exame de mérito (CPC, art. 267, VI e § 3º), em substituição ao decreto de improcedência.

Seria possível o cumprimento da obrigação se o autor apresentasse anuência da instituição financeira ou se o contrato de financiamento estivesse quitado, o que ainda não aconteceu.

Admitir-se-ia ação do autor para obrigar o réu a cumprir o contrato, ou seja, a honrar o pagamento das prestações mensais do financiamento. Mas não foi isso que se pediu na causa.

Admitir-se também ação para resolução do contrato.

E quanto ao dano moral, é meramente hipotético, decorrente do risco de que não haver pagamento das prestações contratuais e subsequente ação da instituição financeira em desfavor dele, autor, o que, por enquanto, é uma hipótese, plausível é verdade, mas não um fato concreto.

Diante do exposto, acolho em parte o pedido e condeno o réu a pagar para o autor a importância de R\$ 1.336,40, com correção monetária e juros moratórios, estes à taxa legal, contados da época da citação inicial.

Julgo o autor carecedor da ação no tocante ao pedido condenatório ao réu, para transferir o registro de propriedade do veículo, e rejeito o pedido indenizatório por dano moral.

PODER JUDICIÁRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais, e dos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 10% do valor da condenação pecuniária.

P.R.I.C.

São Carlos, 16 de setembro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**